



|                  |               |                     |  |
|------------------|---------------|---------------------|--|
| EXPRESSO         |               | AVANTE              |  |
| SEMPRE FIXE      |               | PORTUGAL SOCIALISTA |  |
| TEMPO            |               | POVO LIVRE          |  |
| O JORNAL         |               | ALAVANCA            |  |
| NOVA TERRA       |               | UNIDADE             |  |
| VOZ PORTUGALENSE |               | LUTA POPULAR        |  |
| PAÍS             | 14. SET. 1979 | PODER POPULAR       |  |

## Da arte de falar sem dizer nada...

# M.L. PINTASILGO (NA TV) A NINGUÉM CONVENCEU

A BONOMIA habitual e o dom da palavra fácil não conseguiram esconder, a quem escutou M.L. Pintasilgo, segunda-feira, pela TV, que a **Première** abandonou o tom triunfalista que caracterizou as suas primeiras intervenções públicas. Não considera — disse — estar ela e o seu Governo isolados, ao contrário do que já para aí se diz. Mas, na verdade, o tom das suas palavras e a superficialidade das afirmações que proferiu demonstraram, mais do que a convicção de quem está seguro de si e dos seus actos, o sentimento de quem se convença das intenções, por muito que estas sejam, aos actos, muitas vezes um abismo.

### Perguntas que não foram feitas...

Entrevista pouco convincente — em que o entrevistador, quando a entrevistada habilmente ladeava a interrogação colocada, não insistia na pergunta que formulara — dela concluiu o telespectador que a primeiro-Ministro falou mas... não disse nada. Culpa que nem só a ela pertence, é certo, porque pontos «quentes», como, por exemplo, o da Comunicação Social, foram omitidos pelo entrevistador. Combinação prévia? É mais do que provável.

Um problema prendia as atenções gerais: o dos aumentos de preços. M.L. Pintasilgo justificou-os, e apropriadamente acentuou que o seu Executivo está preso a um Orçamento Geral do Estado que não fez. Uma verificação de «lana caprina», que já conhecia antes de aceitar o cargo que desempenha. Observou, também, que «não temos uma economia construída para as pessoas (...) mas as pessoas ao serviço da economia». Quereria aludir

ao «cancro» que representam numerosas empresas públicas de gestão incompetente e de funcionamento comprometido que o contribuinte paga? Talvez. É verdade, conforme adiantou logo, que o problema obriga a «uma modificação que não se opera em três meses», o que, releva-se, deveria também saber quando o seu Governo foi ao Parlamento com um «programa» inexecutável, mercê da inexplicável teimosia do Presidente da República.

### ... e interrogações sem resposta

Aliado a este estava outro problema de fundo que o bem intencionado entrevistador, Fernando Balsinha, apresentou sem grande convicção. Quais as medidas compensatórias ou correctivas para obviar ao agravamento do custo de vida determinado pelo aumento de preços? A entrevistada perdeu-se em circunlóquios e nenhuma indicou e o entrevistador deixou, benignamente, passar a omissão. A conclusão, aliás, impunha-se: na sua «marcha de cem dias», que irá talvez a duzentos, M.L. Pintasilgo não tem tempo, nem possibilidades económico-financeiras, para de qualquer modo atenuar com medidas positivas os aspectos negativos — e estes ficarão a assinalar o seu Governo com um Waterloo sem glória — das opções que foi obrigada a tomar e que não mereceram, naturalmente, o aplauso dos Partidos, empenhados como estão, estes, a não desagradar a um eleitorado que em breve os vai julgar.

### CDS mais violento

Quase simultaneamente, CDS e PSD divulgaram comunicados



A falar é que a gente se entende? Nem sempre...

sobre os aumentos dos preços e a acção do Governo. «Um novo gongalvismo no poder», título do comunicado dos centristas, é o «Governo LP/PS/PC», «construído contra a Aliança Democrática, sem isenção nem imparcialidade». Para o CDS os aumentos «não passam de paliativos atabalhoados», por desenquadrados de um esquema global de medidas económicas de fundo (...), um imprevisto que é a autêntica negação do que deve ser a actividade governativa».

«Com o único fim — acrescenta — de continuar a impor-nos o rumo da colectivização ou socialismo, que o País rejeita, M.L.P. pede novos sacrifícios, destinados a suportar os défices crescentes dum sector público pessimamente gerido, hipertrofiado para satisfazer clientelas partidárias, intencionalmente enredado no labirinto duma legisla-

ção laboral inqualificável e na linha da boa tradição da Esquerda.»

### Comunicação Social: e agora?

Não perdem os centristas oportunidade, no aludido comunicado, de lavar o seu protesto contra as decisões tomadas pela Comunicação Social, que aliás os atingiu directamente. Dizem, a propósito: «O 'saneamento' da Comunicação Social, a cargo do major João Figueiredo, com provas dadas em três anos de gestão da RDP, desencadeou-se pela demissão em série de gestores de «O Século»/«Diário Popular», RDP e RTP, insistentemente reclamados pelo PS/PCP, com o objectivo de melhor tomar de assalto o sector». Falta razão à observação? Ninguém em boa consciência o afirmará. De qualquer forma, em breve se verá. Em premonição, o CDS declara: «Também aqui os portugueses não terão de esperar muito para ver os frutos de uma política que outra coisa não visa que afastar dos postos chave da Comunicação Social, em período de eleições, todos os elementos que não sejam de tendência marxista ou de subserviência governamental».

### PSD: o que está em causa é o sector público

Quanto ao PSD, desta feita mais parco e sereno nos seus comentários habitualmente mais contundentes, «o V Governo passa na esteira» da experiência de gestão socialista e «acompanha a passada dos Governos do dr. Mário Soares». E, claro, «o PSD convencido da inutilidade e da ineficácia dessa política não está

de acordo com ela e por consequência do aumento de preços dela decorrentes e estabelecidos pelo V Governo». Observando que o PS, o PCP e a ASDI não concederam o «benefício da dúvida» ao acto governamental, mas deram-lhe «a certeza do seu apoio, apesar de disfarçado numa abstenção», os sociais-democratas sublinham, a exemplo dos centristas: «O que está em causa é a ineficácia e até certa irresponsabilidade no funcionamento do sector público empresarial, originando-se prejuízos que se acumulam e que depois é preciso cobrir através de preços de bens e serviços por ele produzidos. A verdadeira responsabilidade nos aumentos está, pois na concepção, organização e funcionamento do sector público, peça importante do sistema económico que está anémico e inadequado às realidades e necessidades do País.»

### CAP propõe violência

De muito maior violência nos seus ataques se revelou a CAP, através da palavra do seu secretário-geral, José Manuel Casqueiro, no qual vem sendo cada vez mais frequente a imiscuição de factos políticos na orientação da Confederação que representa os agricultores portugueses. Casqueiro, mostrando uma truculência que faz também parte da sua política pessoal na direcção da CAP, deu um ultimato ao Governo: quinze dias para a execução de uma série de medidas que incluem a criação imediata de um subsídio para o gasóleo destinado à Lavoura. Caso contrário, a CAP ameaça com a concentração e paralisação de tractores nas estradas de Portugal, gesto discutível, parece, para uma organização que devia pugnar pela legi-

timidade e noutros aspectos da sua acção (caso das «entregas» que não se efectuam) efectivamente o faz.

### PCP conciliatório...

Entretanto, falando na festa do «Avante» — realizada, no Parque de Monsanto, com o beneplácito de uma municipalidade, a lisboeta, onde a maioria de Esquerda comanda — Álvaro Cunhal, quase lírico (evocou Camões e fez o elogio do Poeta que em determinada altura o seu Partido quis «sanear...») foi igual a si próprio. Ataques violentos, claro ao «PPD» e ao CDS, namoro ao PS, Mota Pinto ainda como a *bête noire* culpada de todos os males e reservas, muito, mas mesmo muito mitigadas ao Executivo M.L. Pintasilgo, que «representa um passo positivo para consolidar e prosseguir o regime democrático». «Embora compreendamos a pesada herança que recebeu do Governo Mota Pinto — disse Álvaro Cunhal, retemperado por justas férias na URSS — discordamos de aumento de preços que fazem cair ainda mais pesadamente a crise sobre os ombros dos trabalhadores das camadas mais desfavorecidas e da população em geral.»

A verdade é que estas últimas palavras do secretário-geral do Partido antidemocrático que é o PCP podem ser subscritas — e foram-no, ao fim e ao cabo — mesmo pelos que estão nos antipodas da sua ideologia e pela generalidade da população. E M.L. Pintasilgo para essa realidade não teve resposta na entrevista com que atrasou na TV o último episódio da série «Nos bastidores de Washington», através da qual os telespectadores mais aprenderam de política que pelas suas palavras...